

ROGÉRIO ALEXANDRE MARQUES

**ECONOMIA AGRÍCOLA PARANAENSE: O COMPORTAMENTO DAS
EXPORTAÇÕES NA DÉCADA DE 90**

**Monografia de graduação apresentada
como requisito parcial à conclusão do
Curso de Ciências Econômicas, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Paraná.**

Orientador: Prof. : Aldair T. Rizzi

**CURITIBA
2005**

TERMO DE APROVAÇÃO


ROGÉRIO ALEXANDRE MARQUES

**ECONOMIA AGRÍCOLA PARANAENSE: O COMPORTAMENTO DAS EXPORTAÇÕES NA
DÉCADA DE 90**

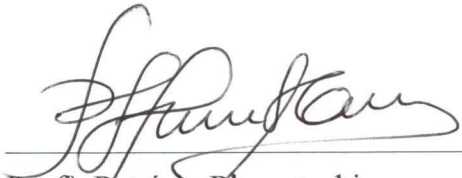
Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.



Orientador: Prof. Aldair Tarciso Rizzi
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Mariano de Matos Macedo
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Patrícia Rosentaski
Departamento de Economia, UFPR

SUMÁRIO

<u>LISTA DE TABELAS</u>	IV
<u>RESUMO</u>	V
<u>INTRODUÇÃO</u>	1
<u>1 ARGUMENTAÇÕES TEÓRICAS DETERMINANTES NAS OSCILAÇÕES DO COMÉRCIO INTERNACIONAL</u>	4
1.1 TEORIAS CLÁSSICAS SOBRE COMÉRCIO INTERNACIONAL	4
1.2 ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS COMERCIAIS ADOTADAS	6
<u>2 TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA BRASILEIRA E O CRÉDITO NAS TRÊS ÚLTIMAS DÉCADAS</u>	11
<u>3 COMPORTAMENTO E PAUTA DE EXPORTAÇÕES DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL PARANAENSE</u>	18
3.1 MUDANÇAS DA ECONOMIA AGRÍCOLA NO PARANÁ	18
3.2 DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL PARANAENSE	21
3.3 A DINÂMICA DAS EXPORTAÇÕES DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL PARANAENSE NA DÉCADA DE 90.	27
3.3.1 Desempenho das Exportações Agroindustriais do Paraná Inserida no Mesmo Contexto da Economia Brasileira	30
<u>CONCLUSÃO</u>	32
<u>REFERÊNCIAS</u>	34

LISTA DE TABELAS

<u>TABELA 1 - CREDITO RURAL CONTRATADO SEGUNDO SUA FINALIDADE - 1970 A 1998</u> <u>(VALORES EM MILHÕES DE REAIS DE AGOSTO DE 1994)</u>	13
<u>TABELA 2 - EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAS PARANAENSE, 1989</u> <u>A 2000 EM MILHÕES FOB-1990.</u>	21
<u>TABELA 3 - DESTINO DAS EXPORTAÇÕES PARANAENSES*</u>	22
<u>TABELA 4 - TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO EXPORTAÇÕES PARANAENSES*</u>	22
<u>TABELA 5 - TAXA MÉDIA DAS EXPORTAÇÕES DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL PARANAENSE</u> <u>NO PERÍODO DE 1989 A 1999</u>	24
<u>TABELA 6 - EXPORTAÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO - TOTAL RANKING EM MIL US\$</u>	27

RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar o comportamento das exportações dos produtos agrícolas e complexo agroindustrial no Paraná, quanto à mudança de estrutura nesse período, tendo em vista que é considerável a importância da pauta de exportações paranaense com relação às exportações brasileiras. Baseado em evidências empíricas, a década de 90 se subdividiu em três fases em função do comportamento e da evolução na participação das exportações de produtos agrícolas, refletindo, quanto ao valor exportado, em 1990-92 retração, 93-97 aumento e 98-2000 retração. A metodologia utilizada se baseia em argumentações teóricas a respeito das noções de comércio exterior como: Vantagens Absolutas, Vantagens Comparativas, Modelo Heckscher-Ohlin, que norteiam o comportamento das exportações; estratégias políticas comerciais adotadas pelos países que mantêm relação comerciais o Brasil como: liberalismo econômico e protecionismo, que variam as condições de comércio exterior; estratégias políticas adotadas pelo Brasil, na presença de políticas de desenvolvimento da produção agrícola, inserido no contexto de transformação na agricultura e a integração com o comércio internacional, particularizando a pauta de exportações paranaense, concentrada em produtos tradicionais antes da abertura, e surgimento de novos produtos na década de 90. As evidências empíricas para o estudo paranaense, através de participação nos mercados consumidores dos produtos produzidos no Paraná e taxas de crescimento geométricas, mostra que a pauta de exportações paranaense passou por um processo de transformações no período em questão, perdendo na participação em alguns produtos tradicionais e ganhando novos mercados com novos produtos.

INTRODUÇÃO

Desde os anos 70, com a constituição do complexo agroindustrial, a economia agrícola brasileira tem como eixo a introdução da soja e o desdobramento da cadeia produtiva com outros produtos agrícolas, que também demandam modernização, promovendo uma nova dinâmica agrícola no período recente com conformação do atual padrão de desenvolvimento que passou por três momentos interligados.

Primeiro, a instalação do setor produtivo de bens de capital, fornecendo máquinas, fertilizantes e implementos agrícolas. Segundo, *a industrialização da agricultura*, trabalhando no processo de alimentos, levando à uma grande transformação na agricultura, onde a própria agricultura se transforma em indústria, ou seja, em produção e mercadorias, que foi possível devido à instalação do primeiro. Tanto pelo lado da internalização da produção de partes consideráveis de fertilizantes, herbicidas, fungicidas e outros produtos químicos como pelo lado da expansão das agroindústrias processadoras, devido à diversificação das exportações, agroindustriais, e substituição localizada de importações de matérias-primas estratégicas, como exemplo, matérias-primas para produção de papel, petróleo, dentre outras. O terceiro, que possibilitou a introspecção dos dois primeiros, foi a integração de capitais intersetoriais sob o comando do capital financeiro.

À partir daí as diferentes economias regionais, dentro da economia brasileira, se especializaram na exportação de produtos locais que propiciaram maiores vantagens comparativas para melhor desempenho de cada região.

No Paraná o desenvolvimento da economia agroindustrial não foi diferente quanto às transformações sofridas no setor agroindustrial, pois à partir da modernização do complexo agroindustrial paranaense, a pauta de exportações se diversificou, levando à um crescimento na participação dos complexos agroindustriais. Apesar de estar inserida no mesmo contexto da economia brasileira e sofrer impactos

nas políticas adotadas pelo governo brasileiro, a economia agroindustrial paranaense apresenta algumas peculiaridades.

A estrutura produtiva paranaense vem sofrendo algumas mudanças ao longo das décadas de 70 e 80, porém estas transformações se tornam mais rápidas na década de 90, em decorrência das abertura comercial e da valorização do câmbio.

De 1990, após a abertura comercial no Brasil, até o final da década, as exportações no Paraná apresentaram um comportamento de muitas oscilações, também foi observado em vários momentos oscilações nas exportações de produtos agroindustriais.

Em 1989 as exportações foram de US\$ 1.5 bilhões. No início da década de 90, baseado no ano anterior, houve uma queda nas exportações para US\$ 1.4 bilhões, que iniciou-se por problemas estruturais do setor agroindustrial, que não foi o principal fator, uma vez que no final dos anos 80 as políticas macroeconômicas de estabilização continuaram a afetar a agricultura de exportações. Sendo assim essas políticas também exerceram efeitos negativos sobre os preços relativos e sobre a lucratividade da agricultura, criando conseqüências de efeito alocativo de recursos, atuando no sentido contrário das políticas setoriais, derivando a significativos desperdícios de recursos. Esse período caracterizou-se pelo excesso de oferta de produtos básicos, ao quais têm menor valor agregado levando a um menor valor nas exportações.

Em 1993, após a superação das grandes dificuldades ao que se refere a adequação a abertura comercial, as exportações voltaram a crescer, porém somente a partir de 1994 com a implantação do PLANO REAL e o MERCOSUL consumado pode se constatar claramente um aumento nas exportações de produtos agrícolas. Esse crescimento também relaciona-se a flexibilidade das políticas comerciais internacionais quanto à redução de tarifas às importações de *commodities* agrícolas e menor oferta dos países desenvolvidos, com forte reação nos preços do volume exportado, que levou ao aumento do comércio internacional conseqüentemente melhora na competitividade. As vantagens comparativas são outro fator que apontaram

maior dinamismo da pauta de exportações paranaenses nos anos subsequentes, principalmente com relação ao MERCOSUL, pois a proximidade do Paraná com esse bloco econômico tem garantido o incremento nas exportações paranaenses do complexo agroindustrial.

Porém com uma pressão dos países desenvolvidos, crise financeira, menor demanda mundial por insumos, e redução dos preços dos produtos agrícolas, houve redução no comércio internacional, conseqüentemente levando a queda das exportações de produtos agrícolas em 98 até o final da década. Contudo ainda houve um crescimento nas exportações do complexo agroindustrial no Paraná comparando com o início da década e com outros estados.

O pressuposto básico da monografia é que este comportamento pode ser explicado pela mudança estrutural no modo de produção da agricultura paranaense, intensificada na década de 90 com a abertura comercial.

A produção agrícola no estado do Paraná vem aumentando concomitante com suas exportações que mantiveram o estado em 3º lugar nas exportações, posição em relação ao restante das UF do Brasil em mil US\$, de 1990 a 2003 e chegou a segundo lugar em 2004.

1 ARGUMENTAÇÕES TEÓRICAS DETERMINANTES NAS OSCILAÇÕES DO COMÉRCIO INTERNACIONAL.

1.1 TEORIAS CLÁSSICAS SOBRE COMÉRCIO INTERNACIONAL

Segundo SALVATORE (1998, p. 18) entre as várias contribuições de Adam Smith, uma das mais importantes se refere à teoria de comércio baseada em Vantagens Absolutas, que é a base do comércio entre as nações, segundo qual um país busca se especializar na produção da *commodity* que oferecesse maior vantagem de comércio e fosse mais facilmente especializada e adequada às características de produção do país. A explicação pode seguir da seguinte forma : se uma nação é mais eficiente na produção de uma *commodity* (soja), em relação à outra que é mais eficiente em relação à primeira na produção de outra *commodity*, então elas possuem vantagem absoluta.

Neste caso ambas nações podem ganhar, estabelecendo uma relação de troca entre elas, cada uma especializada na produção daquela *commodity* que possui vantagem absoluta e trocando parte de sua produção com outra nação, pela *commodity* que possui “desvantagem absoluta”. Deste modo os recursos são usados com maior eficiência, já que a nação se dedicará à produção especializada e com isso a produtividade das *commodities* crescerá, o que corresponde aos ganhos da especialização que serão divididos entre as nações através do comércio(SALVATORE, 1998).

Por exemplo, devido a condições climáticas, o Canadá tem eficiência na produção de trigo, mas não consegue cultivar de maneira eficiente bananas. Por outro lado a Nicarágua cultiva bananas com eficiência, porém é ineficiente no cultivo de trigo. Assim o Canadá possui vantagem absoluta no cultivo de trigo sobre a Nicarágua e vice-versa (SALVATORE, 1998, p. 19).

Dessa forma o comércio entre os dois países pode ser estabelecido se o Canadá se especializar na produção de trigo (produzindo mais) e trocar o excedente pelas bananas, produzidas também em maior quantidade pela Nicarágua pela especialização, resultando além de uma maior produção um maior consumo para os dois países.

Outro pensador a ser destacado na evolução da teoria do comércio exterior é David Ricardo, que deu continuidade aos estudos de Adam Smith, através da Lei das Vantagens Comparativas, cujo pressuposto era de que uma nação não precisaria necessariamente ter vantagem absoluta na produção de uma *commodity* em relação a outra nação para participar do comércio internacional, ou seja, apesar de uma nação ser mais eficiente do que outra na produção de qualquer bem, seria mais vantajoso para ambas se cada uma se especializasse num determinado bem, suprimindo suas necessidades através da troca mútua (SALVATORE, 1998).

Como exemplo, os EUA são superiores na produção de trigo (6 alq./homem/hora) e de tecido (4 alq./homem/hora), por outro lado a Inglaterra que produz trigo (1 alq./homem/hora) e tecido (2alq./homeme/hora), nota-se que a diferença é menos acentuada na produção de tecido que produz a metade e trigo produz seis vezes menos, então o Reino Unido poderia trocar 6 tecidos por seis trigos com o EUA usando os 6 homens/hora que seriam necessários para produzir o trigo, produzindo 12 tecidos e entregar apenas 6 tecidos para troca por 6 trigos dos EUA e ambas sairiam ganhando (SALVATORE, 1998, p.20).

Segundo KRUGMAN (2001, p. 28) os pressupostos das Vantagens Comparativas sofrem uma adaptação com a elaboração do modelo de dotação de fatores, segundo o qual uma nação deve procurar se especializar na *commodity* cuja produção utilize fator produção de maior abundância. Se ela tiver abundância em mão-de-obra poderá exportar produtos que exijam muita mão-de-obra e poderá importar produtos que sejam intensivos em capital.

Segundo os economistas clássicos , a vantagem comparativa se fundamenta

entre diferenças de produtividade e mão-de-obra entre as nações. A teoria de Heckscher-Ohlin, vai além dessa linha de pensamento ampliando as explicações do comércio exterior quando analisa as bases da vantagem comparativa sobre o rendimento dos fatores de duas nações.

Dentre as causas das diferenças entre os preços das *commodities* e entre a vantagens comparativas das nações, o modelo também denominado Heckscher-Ohlin considera a diferença na dotação dos fatores entre as nações uma causa determinante das vantagens comparativas e do comércio internacional. Cada nação se especializa na produção e exportação do que possui em abundância e importa o que tem escassez (SALVATORE, 1998).

Segundo KRUGMAN (2001 P. 67), o mecanismo entre as proporções que os produtos estão disponíveis em países diferentes para comercialização dependem também das proporções que os fatores para produzir esses produtos estão disponíveis em cada país, ou seja, um país com grande oferta em um fator de produção em relação das ofertas de outros fatores, consegue um preço menor por esse fator de produção relacionado a outros fatores e tende a produzir mais produtos para comercialização que utilizam aquele determinado fator de produção intensivamente e conseqüentemente exportar esses produtos.

1.2 ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS COMERCIAIS ADOTADAS

Embora as teorias clássicas constituam base para o entendimento do comércio internacional, deve-se ser observado que a dinâmica do comércio reflete também o perfil das políticas nacionais adotadas.

A inserção dos países no comércio internacional, devido a exigência do mercado, vem historicamente se adaptando ao livre comércio e ao mesmo tempo adotando diferentes formas de protecionismo à indústria nacional, ou seja, os países não se restringem à produção baseados em vantagens de comércio ou abundância de

recursos. Tampouco o padrão do comércio não se reflete integralmente nos pressupostos da teorias modernas. O entendimento do comércio deve necessariamente incorporar as questões relativas à estratégia de política comercial através de uma adesão ao livre comércio ou adoção de medidas protecionistas.

O protecionismo representa a herança do mercantilismo, com um estado forte nas relações comerciais que incrementa a indústria nacional através de atitudes protecionistas, frente aos riscos impostos pelas incertezas do mercado (DE PAULA, 1996, p. 11). Entende-se por protecionismo: doutrina, teoria ou política econômica que preconiza ou põe em prática, um conjunto de medidas que favorecem as atividades domésticas e penalizam a concorrência estrangeira.

O argumento utilizado é a proteção à indústria nascente (PRADO, 1998, p.36), este poderia proporcionar para esses países a possibilidade de poder se aperfeiçoar industrialmente e assim produzir com custos menores e preços competitivos. Como já foi mencionado, não se pode negar as idéias de ganho de comércio dentro da economia internacional, porém a dificuldade de não haver uma hegemonia de políticas comerciais que regem o comportamento das nações no comércio mundial faz com que as nações, preocupadas com a exposição de seus setores à concorrência internacional, ofereçam proteção (neste caso agricultura) através da imposição de limites à importação ou incentivos à exportação.

E o que se constata de fato na formação das políticas comerciais dos países, é que estas foram definidas a partir de uma ótica protecionista, isolando suas economias do comércio internacional e evitando, conseqüentemente, a concorrência internacional (DE PAULA, 1996, p. 11).

Freqüentemente critica-se protecionismo, a favor do livre comércio, muitas vezes em detrimento da distribuição da renda da nação que abre seu mercado e até da paralisação do desenvolvimento dos seus parques industriais que não apresentam vantagens nas relações comerciais internacionais. A imposição de barreiras comerciais torna-se menos popular nos anos recentes, no entanto, verifica-se que os países

desenvolvidos concentram a proteção em dois setores: **agricultura** e a indústria têxtil. Devido a relevância do assunto, o combate ao protecionismo na agricultura é um dos principais temas em pauta nas mais importantes negociações de comércio internacional, enfrentando a acirrada disputa dos principais grupos de interesse (KRUGMANN, 2001, p. 230).

Segundo KRUGMAN (1992, p. 85), um país ao adotar constantes medidas protecionistas costuma ser menos produtivo e, portanto, mais pobre do que se adotasse o livre comércio. Porém o debate sobre protecionismo e liberação comercial teve em suas origens duas visões conflitantes sobre ganhos comerciais e natureza do desenvolvimento econômico. Se há sempre um aumento de bem estar com o livre comércio e se isso se difunde pelos mecanismos de mercado, o livre comércio seria política comercial mais adequada, tanto nos países desenvolvidos quanto no países com menos desenvolvimento (PRADO, 1998, p.39).

Por um lado, teórico, a estratégia protecionista de um país restringe a entrada de produtos estrangeiros em seu mercado interno e quando há essa medida existe um controle mais rígido sobre produtos importados seja: na forma de tarifas, restrições quantitativas ou até barreiras não tarifárias, com o intuito desses produtos não concorrerem com os produtos nacionais, porém a economia que protege demais não se moderniza e fica isolada, com atrasos estruturais. Pelo lado empírico, como exemplo os EUA, com a prática protecionista, principalmente com produtos agrícolas, este não sofreu atrasos estruturais.

O protecionismo dos blocos econômicos dos países desenvolvidos aumentou a barreira às exportações de produtos básicos tradicionais, uma vez que os mercados tornaram-se mais seletivos e exigentes quanto à qualidade dos produtos.

Baseado nos fundamentos protecionistas, temos como melhor exemplo as políticas agrícolas dos EUA, tendo como ponto comum a intervenção com controle do comércio exterior. No entanto há grandes diferenças quanto a instrumentação e abrangências na intervenção comparando as políticas utilizadas por outros blocos

econômicos, apesar de que no processo de construção de suas políticas agrícolas, os países e blocos se estruturaram na intervenção de modo a manter uma renda “justa” para a agricultura e assegurando preços “justos” que orientem o mercado doméstico dos produtos agrícolas.

Segundo (FONSECA, 1994, p.9), o governo americano, para sustentação dos preços, fornece benefícios nos programas com ajuda à renda aos agricultores que se comprometem a diminuir a área plantada, porém esses benefícios são aplicáveis apenas às culturas de: trigo, arroz, algodão, amendoim, e grão forrageiros (milho, sorgo, aveia e cevada).

Segundo DE PAULA (1996, p. 8), o liberalismo econômico acolhe o pressuposto fundamental de que o mercado é a instância primordial das decisões econômicas, levando os países e os agentes a se posicionarem nas relações internacionais de acordo com o princípio da divisão internacional do trabalho e vantagens comparativas, estabelecidas a partir das especialidades e dotações de recursos de cada país.

É difícil ignorar os ganhos oriundos do comércio internacional às nações envolvidas, uma vez que as trocas internacionais sempre serão benéficas e que as vendas de produtos e serviços entre países ocorre quase sempre em benefício mútuo. Mesmo quando a competitividade internacional é baseada na exploração dos trabalhadores da nação ou salários baixos. O processo de criação da riqueza pela economia é mais produtivo quanto mais eficiente for a combinação dos fatores de produção. Eficiência é portanto o valor prioritário estabelecido pelos liberais, que se baseiam nos princípios básicos de um benefício mútuo a todos que participam de um mercado livre. E como complemento, essa corrente de pensamento enfatiza o processo de especialização e vantagens comparativas a orientar as economias e suas estratégias de desenvolvimento. Sendo que uma expansão natural do mercado pode proporcionar retornos à dotação de recursos de eficiência de seu uso. Mas isso apenas revela a distância entre a realidade e o pressuposto teórico de acordo com a conjuntura

histórica e do setor analisado (DE PAULA, 1996).

Empiricamente é difícil identificar um país que exerça totalmente sua economia dentro de políticas de livre comércio, pois implica em expor setores na sua economia que não representam competitividade internacional e poderiam ser “esmagados” pela concorrência internacional. Exemplo clássico é a agricultura, nos países desenvolvidos, que mesmo não tendo um peso representativo tem sua produção fortemente protegida.

No caso do Paraná a abertura comercial proporcionou condições favoráveis aos setores agroindustriais pela estratégia de fortalecimento do bloco econômico MERCOSUL, apesar de no início da liberalização comercial assim como outros estados teve dificuldade em se adequar à nova política de comércio adotada pelos países desenvolvidos, uma vez que não adequava a tecnologia em vários setores econômicos, resultando numa competição desigual.

Pois o setor se expôs à competição internacional com o avanço tecnológico levando a um aumento no saldo da produção e conseqüentemente das exportações dos produtos agrícolas. Por outro lado os setores que tiveram dificuldades em se modernizar com a mesma velocidade exigida pelo mercado foram penalizados (LOURENÇO, 2000).

Pela política comercial nos países em desenvolvimento o Paraná tem condições além de ampliar as exportações do complexo agroindustrial, também dos setores da indústria e de serviços, pois suas exportações totais representaram, em média, 8% de seu Produto Interno Bruto, na década de 90, enquanto a média das exportações brasileiras situava-se por volta de 9%. Esses valores são baixos se comparados aos dos Tigres Asiáticos, como a Coreia do Sul, que no início da década de 90 exportou aproximadamente 32% de seu PIB (KRUGMAN, 2001, p.266).

Sendo assim há necessidade de políticas e estratégias direcionadas, visando fortalecer as iniciativas de complexos emergentes.

2 TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA BRASILEIRA E O CRÉDITO NAS TRÊS ÚLTIMAS DÉCADAS

No Brasil, o grande diferencial quanto à elevação das exportações agrícolas se deu ao longo da década de 70 e início da década de 80, onde as exportações foram beneficiadas pelos preços das *commodities* em alta no mercado internacional, apesar de qualquer decisão de política cambial ou incentivos brasileiros às exportações. A partir de então, tem havido estagnação devido à perda de capacidade produtiva da agricultura.

As dificuldades brasileiras advindas de compromissos do país com a dívida externa, os baixos preços das mercadorias, a escassez de recursos e a rigidez de prazos dos empréstimos internacionais pressionaram a retomada de crescimento do mercado doméstico. Então, a dinâmica interna criou condições para que os produtos agrícolas de consumo doméstico ampliassem sua oferta no mercado interno e para exportação.

O crédito rural no Brasil teve uma grande expansão a partir da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, através da Lei no 4.829. Durante a década de 70 e início da década de 80 havia a predominância de crédito subsidiado, ou seja, com taxas de juros reais negativas, atingindo em muitos casos valores próximos a 40% ao ano (ARAÚJO & ALMEIDA, 1996).

Segundo (GOLDIN; REZENDE, 1993), os incentivos creditícios, a política de preços mínimos, a pesquisa e a experimentação protegeram os bens domésticos, proporcionando a retomada de seu crescimento. Nesse período, as taxas de crescimento dos produtos de consumo interno têm sido superiores às dos produtos de exportação.

Tais taxas de juros criaram uma demanda excessiva por crédito e compensaram, parcialmente, a discriminação econômica imposta ao setor agropecuário (ARAÚJO; ALMEIDA, 1996), constatou-se:

“... que de 8 a 9% da renda agrícola brasileira foram transferidos para o setor não agrícola entre 1975 e 1983 através de distorções de preços de produtos e insumos, decorrentes de taxações explícitas e implícitas, e da política fiscal. Ao mesmo tempo, constatou uma inversão no sentido da transferência de recursos quando se considerava a política de crédito rural: a agricultura teria recebido, nesse último cenário um fluxo líquido de recursos de valor correspondente a 5 a 6% da renda setorial.”

Um dos objetivos da política de crédito rural no Brasil era de fomentar a modernização da agricultura brasileira através da aquisição de insumos modernos. Os volumes de insumos de fato, apresentaram significativo, entre 1970 e 1976, um aumento na aquisição de máquinas e implementos agrícolas, também em 1975 e 1980 o consumo de fertilizantes mais do que dobra e o de defensivos agrícolas aumenta em 43% (GOLDIN e REZENDE, 1993).

Consequentemente auxiliando a modernização tecnológica da agricultura transformando a base técnica de produção e tornando o setor agrícola mais eficiente no uso dos fatores de produção.

A nova dinâmica do setor agrícola acelerou a agroindustrialização nos anos 80, período no qual o cenário mundial se transformou. Os países desenvolvidos ampliaram a proteção ao mercado interno e os investimentos nos setores agrícolas, resultando na elevação dos estoques mundiais; consequentemente, os preços dos produtos agrícolas, em geral, declinaram.

Conforme tabela 1, no ano de 1986 foram emprestados à agropecuária o total de R\$ 30.875 milhões (a poder de compra de agosto de 1994). Contudo, as dificuldades fiscais do Governo Federal e o acirramento da crise inflacionária levaram a duas situações a partir de 1987: primeira, redução significativa do volume de crédito rural e segunda, a eliminação do subsídio implícito nessa operação. Em 1990, o volume de crédito rural concedido foi de R\$ 8.959 milhões, equivalente a 29% do total emprestado em 1986.

No final dos anos 80, as políticas macroeconômicas de estabilização continuaram a afetar intensamente a agricultura de exportação. Essas políticas exerceram efeitos negativos profundos sobre os preços relativos e sobre a lucratividade

da agricultura, criando conseqüências de efeito alocativo, que atuaram em sentido contrário às políticas setoriais, com significativos desperdícios de recursos (CARVALHO, 1995). A conseqüência desses acontecimentos gerou a estagnação, em alguns momentos na década de 90, pela perda de capacidade produtiva da agricultura.

TABELA 1 - CRÉDITO RURAL CONTRATADO SEGUNDO SUA FINALIDADE - 1970 A 1998
(VALORES EM MILHÕES DE REAIS DE AGOSTO DE 1994)

ANO	CUSTEIO	INVESTIMENTO	COMERCIALIZAÇÃO	TOTAL	TAXA DE JUROS REAL (EM %)
1970	4.138	2.518	2.621	9.277	-3,9
1971	4.669	3.165	2.895	10.729	-4,0
1972	5.524	4.389	3.356	13.269	-1,5
1973	8.012	6.208	4.543	18.762	-1,4
1974	10.447	7.023	5.732	23.203	-15,1
1975	14.826	10.571	8.429	33.827	-11,5
1976	14.634	11.242	8.802	34.678	-21,9
1977	14.632	7.507	8.805	30.944	-16,7
1978	15.002	7.856	8.599	31.457	-17,7
1979	19.719	9.794	9.692	39.205	-34,4
1980	21.214	7.033	9.245	37.492	-37,7
1981	19.072	5.026	8.422	32.519	-27,0
1982	20.256	4.130	7.104	31.490	-28,7
1983	14.795	3.972	5.026	23.793	-23,4
1984	10.234	1.787	2.498	14.520	-5,1
1985	14.722	2.683	3.299	20.704	-2,3
1986	17.272	9.894	3.709	30.875	-33,3
1987	17.076	4.162	3.102	24.339	7,0
1988	11.682	2.751	2.741	17.174	7,0
1989	12.545	1.648	1.491	15.684	7,0
1990	6.707	982	1.270	8.959	9,0
1991	7.600	786	859	9.245	9,0
1992	6.458	1.225	2.567	10.250	
1993	4.893	1.809	2.099	8.802	
1994	6.667	2.328	3.721	12.716	
1995*	3.418	1.196	902	5.517	
1996*	3.368	1.156	297	4.821	
1997*	6.139	5.141	1.327	12.607	
1998* ^E	6.775	4.972	1.075	12.822	

FONTE: atualização dos dados de ALMEIDA (1994, p. 128) e os valores da taxa de juros real são de Goldim & Rezende(1993, p. 22).

NOTA: * as informações de 1995 a 1998 não incluem os recursos externos captados através da resolução nº 2.148 e com as modificações da resolução nº 2.167. Esses recursos foram emprestados à taxa de juros de mercado e não à taxa de juros vigente no SNCR. A informação de 1998 refere-se aos recursos concedidos até 31 de outubro.

A década de 90 presenciou três movimentos distintos. No período de 1990 a

1994 houve uma tendência de aumento do volume de crédito rural concedido, (apesar da redução ocorrida no ano de 1993). Contudo, nos anos de 1995 e 1996 ocorreram reduções drásticas no montante desse tipo de crédito¹. Nos anos de 1997 e 1998 o volume de crédito rural voltou a aumentar.

Em média, o volume anual de crédito rural concedido no período de 1994 a 1998 foi de R\$ 9,7 bilhões, contra o valor médio de R\$ 15 bilhões e de R\$ 28 bilhões (a preços de agosto de 1994) concedidos na primeira metade da década de 70 e na primeira metade da década de 80. Além disso, desde 1987 a taxa de juros real no crédito rural tem sido positiva.

Pode-se, da informação apresentada no parágrafo anterior, concluir que a recuperação da importância da agropecuária no PIB a partir de 1994 ocorreu em uma situação de menor recurso e sem subsídio (entendido como juros real negativo) no crédito rural.

Tentando compensar a redução do volume de crédito rural na década de 80, ocorreram modificações na política de preços mínimos que permitiram a expansão da produção agropecuária (GOLDIN & REZENDE, 1993, p. 26-28).

Contudo, na primeira metade da década de 90 as dificuldades financeiras do Tesouro Nacional levaram a uma sensível diminuição na utilização da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Segundo BARROS (1995, p. 6):

“Raras foram as ocasiões em que o governo foi capaz de divulgar os preços com a devida antecedência, colocar os recursos previstos em época oportuna para financiamento ou aquisição e gerenciar os estoques oficiais de molde a proporcionar estabilidade de preços nos mercados agrícolas.”

¹ Em parte, o crédito antes concedido via o **SNCR** foi substituído pelo crédito concedido com recursos externos. Através da Resolução nº 2.148, com as alterações da Resolução nº 2.167, foram emprestados à agropecuária o valor de R\$ 790,7 milhões em 1995 e R\$ 2.021,1 milhões em 1996 (a preços de agosto de 1994). No entanto, os recursos externos emprestados à agropecuária foram à taxa de juros de mercado, e não às do **SNCR**.

Na segunda metade da década de 90 o governo brasileiro instituiu novos mecanismos seletivos para executar a política de preços mínimos. A PGPM tem caráter universal e gratuito, no sentido de que todos os agricultores puderam solicitar o uso desse programa, desde que houvesse recursos disponíveis para executá-lo. Além disso, o governo arcou com os custos de manuseio e venda do produto adquirido via a PGPM.

A falta de recursos para executar a PGPM e a dificuldade de manusear e vender os produtos adquiridos levaram, a partir de 1997, o Governo a instituir o Prêmio para Escoamento de Produto (PEP). Nesse programa, o Governo Federal se comprometeu a comprar um produto agrícola a seu preço mínimo (via, por exemplo, AGF ou Contratos de Opção de Venda), evitando de estocá-lo. Para tanto, o Governo Federal faz um leilão de prêmios para um arrematante adquirir o produto diretamente do produtor².

Através do PEP o Governo Federal tem sido mais seletivo nos produtos e regiões a serem beneficiadas com a PGPM..

Os gastos realizados pelo setor público na agricultura diminuíram sensivelmente a partir de 1988, segundo BARROS (1993, p. 980):

O setor agroindustrial brasileiro tem se beneficiado do comércio internacional pela possibilidade de redirecionar o destino de suas exportações para novos segmentos de mercado e até mesmo para novos mercados fora do eixo tradicional de países e blocos econômicos, fortemente protegidos e auto-suficientes.

As diferentes economias regionais dentro da economia brasileira se

² Para entender o PEP, devemos considerar três agentes econômicos: Governo Federal, produtores (que podem ser representados pelas cooperativas) e arrematantes (comerciantes ou indústrias). O Governo Federal garante ao produtor a compra de um produto ao preço mínimo de x reais por unidade. Se o preço de mercado for menor do que este valor, o produtor deseja vender o produto ao Governo Federal. Para tanto, o Governo Federal faz um leilão, entre os arrematantes, do menor prêmio que eles desejam receber do governo para adquirir o produto dos produtores ao preço de x reais por unidade. O governo seleciona a oferta com o menor deságio o Programa Prêmio de Escoamento (PEP).

especializaram na exportação de produtos locais devido às vantagens comparativas, utilizando distintas estratégias na busca de melhor desempenho na comercialização de seus produtos. As economias regionais fora da Região Sudeste apresentaram melhor desempenho no setor agropecuário e nos setores a ele relacionados, tais como: máquinas e equipamentos, insumos modernos, e transformação e beneficiamento de produtos.

Ocorre, contudo, que a despeito dos investimentos realizados, a forte intervenção estatal na agricultura brasileira teria induzido uma redução na eficiência econômica do setor. Como sintetizado nos parágrafos anteriores, o caráter discricionário das políticas agrícolas acabou por elevar a variabilidade dos preços, da produtividade e da renda de parte significativa da produção (HOMEM DE MELLO, 1988), reduzindo as inversões nesse segmento. A política de modernização da agricultura brasileira, estimulada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, também teria contribuído para redução da eficiência alocativa. A política de crédito rural subsidiado acabou por alterar o preço relativo dos fatores, beneficiando aquelas regiões onde a mão-de-obra era mais escassa. Na medida em que os custos dos insumos modernos eram reduzidos, havia um estímulo à substituição de trabalho por capital. Ao serem criadas condições “artificiais” no mercado de fatores, a eficiência alocativa seria reduzida. A abundância do crédito rural subsidiado criaria um ambiente de baixo estímulo ao aumento da eficiência técnica e econômica. Os volumes de crédito eram proporcionais a área de cada agricultor (GOLDIN & REZENDE, 1993); assim, quanto maior a área, maior a capacidade de obtenção de crédito subsidiado.

Nesse contexto é importante salientar que apesar dos benefícios diretos para os tomadores de empréstimo, o volume e o subsídio implícito no crédito rural geravam uma série de prejuízos para a sociedade (ARAÚJO & ALMEIDA, 1996). Estes prejuízos se tornaram cada vez mais claros à medida que as taxas de inflação aumentavam e as instituições financeiras e o Governo Federal se deparavam com a escassez de recursos. Havia, também, falhas no mecanismo de crédito rural, a saber: o

crédito se concentrou nas mãos de poucos agricultores, sendo destinado a poucas culturas (GOLDIN & REZENDE, 1993, p. 24-25).

3 COMPORTAMENTO E PAUTA DE EXPORTAÇÕES DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL PARANAENSE

3.1 MUDANÇAS DA ECONOMIA AGRÍCOLA NO PARANÁ

A economia paranaense é tradicionalmente produtora de bens agrícolas, um dos principais motivos é que detém uma base forte de produção agropecuária.

No início, o café era o principal gerador de divisas como produto de exportação, permanecendo hegemônico, até meados da década de 70. Após esse período teve que dividir a liderança com a soja, pelo fato de que a modernização na agricultura paranaense trouxe consigo as culturas chamadas “modernizantes”, que passou a ser produzida em maior escala no estado, ao contrário do café considerado um produto de cultura tradicional.

Durante a década de 80, as exportações paranaenses em termos de valores ficaram estagnadas. Nesse período, foram concluídas as instalações dos complexos agroindustriais e esses complexos instalados se modernizaram. A pressão dos custos sobre a matéria-prima passou a inviabilizar as unidades menores, que utilizavam baixo padrão tecnológico. Houve concentração agroindustrial e agigantamento das grandes plantas industriais, devido à modernização e à mudança do padrão tecnológico. A partir de 1989 o café deixou de ser definitivamente o principal gerador de divisas externas junto com o soja, com isso a soja passou a ser responsável pela geração de divisas no estado Paraná (PEREIRA, 1996). Segundo PEREIRA (1996), os produtos agrícolas tradicionais básicos como açúcar, café, cacau e algodão; que participavam com aproximadamente 70% das exportações totais dos produtos agrícolas, passaram a representar menos de 30% na década de 90 e novos complexos agroindustriais passaram a fazer parte das exportações, como Complexo Carnes, Complexo Laranja, complexo Madeira, Complexo Couros e Peles e demais Complexos.

Semelhante ao Brasil, a modernização da estrutura agrícola paranaense elevou a participação do setor industrial na agricultura e a exploração das atividades agropecuárias uniram-se à indústria, formando vários complexos agroindustriais (KAGEYAMA, 1990). Com o crescimento dos preços referente aos produtos destinados ao mercado externo a produção agropecuária paranaense foi estimulada à especializar-se em produtos de maior valor agregado, gerando maior renda, uma vez que os preços são formados no mercado internacional, estando livres das políticas macroeconômicas internas, como estabilização de preços e renda.

Essas transformações propiciaram a retomada do crescimento das exportações paranaenses com a oferta crescente de produtos agroindustriais na década de 90.

O complexo agroindustrial paranaense está inserido na economia global, com participação nos mais ativos mercados do mundo. Os blocos econômicos e países de mercados mais dinâmicos – União Européia, Ásia, Tigres Asiáticos, Oriente Médio, European Free Trade Arrangement (EFTA), Europa Oriental, Estados Unidos, Nafta e Mercosul – têm mantido relações comerciais com a economia paranaense (LOURENÇO, 2000). A proximidade do Paraná com os países do Mercosul tem garantido vantagens comparativas e incremento nas exportações paranaenses do complexo agroindustrial para esse bloco econômico, comparado aos demais mercados mundiais.

O setor agroindustrial do Paraná se beneficiou, e tem se beneficiado, do comércio internacional, redirecionou destino das exportações de seus produtos para novos segmentos de mercados, atingindo novos mercados fora do eixo tradicional, que são fortemente protegidos e auto suficientes, isso ocorreu pela proximidade do Paraná com países do MERCOSUL que tem garantido vantagens comparativas e o incremento das exportações paranaenses do complexo agroindustrial, o qual foi auxiliado por essa estratégia para esse bloco econômico, também comparado aos demais mercados mundiais (GUALDA, 1999). As vantagens comparativas de parceiros cresceram,

como observado no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)³, e a aproximação de negociações desse bloco com os principais blocos econômicos, como União Européia (UE)⁴, *North American Free Trade Agreement* (NAFTA)⁵ para futura Aliança das Américas – ALCA e *European Free Trade Arrangement* (EFTA)⁶ foi fortalecida.

A pauta de exportações paranaense está concentrada em produtos tradicionais dos complexos agroindustriais, sendo que é composta por um reduzido número de produtos e se concentra em produtos que detêm alta participação no valor exportado. A partir da metade dos anos 90 surgiram outros produtos, como o suco concentrado de laranja e o açúcar bruto, cujos valores exportados eram menores, porém indicando tendência de diversificação na composição da pauta de exportações. Os principais complexos agroindustriais paranaenses representam em média 60% das exportações paranaenses e são representados pelos complexos de soja (56,3%); madeira (19,2%); carnes (9,8%); café (6,0%); açúcar (5,2%); couros e peles (2,9%), conforme tabela 2, e demais complexos de menor valor exportado os quais não têm relevância para a análise.

³ MERCOSUL – bloco econômico formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

⁴ EU – bloco econômico formado por Alemanha, Bélgica-Luxemburgo, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Portugal, e Reino Unido.

⁵ NAFTA – bloco econômico formado por Canadá, Estados Unidos e México.

⁶ EFTA – bloco Econômico Formado por Áustria, Finlândia, Noruega, Islândia, Suécia e Suíça.

TABELA 2 - EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAS PARANAENSE, 1989 A 2000 EM MILHÕES FOB-1990

Complexos Agroindustriais	1.990	1.991	1.992	1.993	1.994	1.995	1.996	1.997	1.998	1.999	2.000
Farelo de Soja	530.040	463.899	531.949	603.298	918.652	1.074.216	1.424.678	1.339.687	657.582	598.260	455.337
Soja em Grãos	212.029	70.279	137.163	172.226	361.022	209.536	452.256	1.093.994	731.016	529.456	482.113
Óleo de Soja	104.251	63.280	71.736	71.366	371.855	548.475	334.785	236.767	285.653	238.809	105.784
Madeira Serrada	0	16	16	241	1.796	322	290	0	0	37	78
Pasta de Madeira	860	1.225	825	329	466	869	628	244	17	15	60
Madeira Compensada	33.308	33.366	49.847	86.954	124.162	120.837	102.508	115.580	86.134	162.426	138.240
Madeira Perfilada	668	252	538	899	1.578	2.037	4.623	7.520	4.820	3.798	9.583
Madeira Serrada – Folhas	19.975	20.553	26.634	32.238	67.890	95.686	107.624	136.490	109.527	162.426	109.855
Carne Bovina congelada	0	0	7.295	8.308	12.628	6.875	11.441	12.473	8.686	21.229	16.844
Carne Bovina Fresca	0	0	2.940	3.959	1.867	896	1.883	3.926	2.452	5.624	4.495
Frangos em Pedacos	22.934	27.763	28.719	38.576	60.704	76.198	89.695	72.776	49.431	77.556	56.292
Frangos Inteiros	51.904	48.514	59.511	86.458	89.994	92.293	143.362	113.141	104.754	153.103	100.572
Carne Suína	5.214	7.337	14.028	11.965	9.092	17.148	21.171	24.674	13.979	10.603	12.171
Preparação Carne Bovina	0	0	17	0	852	5	32	30	0	0	4
Preparação Carne Frango	0	0	0	69	188	579	1.332	1.466	1.294	2.641	2.694
Preparação Carne Suína	0	257	0	325	316	639	694	1.031	0	516	1.509
Café Verde	85.142	48.033	36.271	28.681	73.599	43.209	40.284	93.561	60.095	69.626	27.624
Café Torrado	1	23	0	3	22	1.158	1.593	900	527	205	2.336
Café Bebidas	16.186	14.415	12.985	15.350	24.696	24.713	237.418	25.505	14.301	10.060	7.721
Café Solúvel	77.960	42.801	55.061	72.413	157.782	221.669	186.460	188.782	108.596	107.196	78.580
Açúcar cristal	0	0	0	0	8	15.172	98.388	160.829	116.621	107.378	80.705
Açúcar refinado	0	65	78	124	10.875	22.252	214	8.852	40.564	33.063	18.293
Couros e Peles	51.782	56.247	60.617	47.051	77.847	101.648	98.227	98.016	64.596	59.588	55.292

FONTE: MDIC/SECEX e IPARDES

3.2 DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL PARANAENSE

As transformações da economia paranaense nos anos 90 ampliaram a escala de produção dos bens agroindustriais, além derivar na diversificação de mercados consumidores. A partir das alterações do destino das exportações, observada na segunda metade dos anos 90, pode-se deduzir a mudança na pauta de exportações do complexo agroindustrial paranaense.

Conforme tabela 3, os mercados mais importantes para a agroindústria paranaense no início da década de 90 foram, a Comunidade Européia (CEE), os asiáticos, russos, árabes e norte-americanos, compondo 90% das exportações

paranaenses. Apesar da Comunidade Européia ainda ser o principal mercado de destino com 28,7% em participação 97-99, passou a ter menor participação no destino das exportações, fato confirmado pela tabela 4, pelas taxas geométricas médias de crescimento anual. Os mercado inexpressivos como o mercado africano que tornou-se o segundo em relação ao destino das exportações ao lado dos mercados da América do Sul, Central e MERCOSUL.

TABELA 3 – DESTINO DAS EXPORTAÇÕES PARANAENSES*.

REGIÕES/BLOCOS	PARTICIPAÇÃO		
	1989 a 1992	1993 a 1996	1997 a 1999
U.E.	62,7	54,7	28,7
ÁFRICA	3,2	2,1	25,5
ÁSIA	8,5	16,8	11,1
RUSSIA	7,9	7,0	7,0
AMÉRICA CENTRAL	0,9	1,0	6,6
MERCOSUL	2,7	5,3	5,7
ORIENTE MÉDIO	7,2	5,9	4,7
NAFTA	3,7	4,4	4,6
A. SUL S/ MERCOSUL	1,5	1,7	4,2
EFTA	1,4	0,8	1,6
OCEANIA	0,3	0,3	0,3

FONTE: MDIC/SECEX e IPARDES, adaptada pelo autor.

TABELA 4 – TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO EXPORTAÇÕES PARANAENSES*.

REGIÕES/BLOCOS	TAXA DE CRESCIMENTO		
	B/A	C/B	C/A
U.E.	16,0	(15,2)	1,4
ÁFRICA	8,3	140,7	52,6
ÁSIA	42,1	(8,4)	17,7
RUSSIA	16,5	5,0	11,5
AMÉRICA CENTRAL	24,0	99,2	51,9
MERCOSUL	42,7	7,2	26,3
ORIENTE MÉDIO	14,2	(2,20)	6,9
NAFTA	24,8	6,8	16,7
A.SUL S/ MERCOSUL	24,3	42,6	31,8
EFTA	3,5	32,3	15,
OCEANIA	22,1	4,4	14,2
Total	20,0	5,1	13,4

FONTE: MDIC/SECEX E IPARDES, adaptada pelo autor

NOTA: * tabelas 3 e 4 referem-se ao destino das exportações paranaenses complexo agroindustrial paranaense no período de 1989 a 1999.

Os principais complexos agroindustriais paranaenses exportados foram responsáveis por produtos tradicionais da pauta de exportações e ao longo dos anos passaram a incorporar maior processamento como soja, madeira, carnes, café e mais recente açúcar bruto. Somente no início de 90 o complexo do açúcar ganhou importância na pauta de exportações paranaense com relação ao valor exportado, ver tabela 5.

Conforme tabela 4 as taxas médias de crescimento no final da década indicaram maior dinamismo para os complexos de açúcar e madeira com 61,8% e 10,75, respectivamente; os complexos de soja e carnes se mantiveram próximos da média (5,1%). A redução progressiva das taxas indicam que os complexos exportadores tradicionais estão perdendo competitividade. O fumo e o papel apresentaram comportamento, na taxa média de crescimento, distinto dos demais produtos, uma vez que observou-se forte declínio nas exportações, ao contrário o suco de laranja apresentou um crescimento acentuado(41,8%), comparável ao açúcar bruto, que também pode ser comparado produto potencial a se firmar na pauta de exportações paranaense.

Analisando as exportações paranaenses podemos afirmar que a importância do complexo de soja foi responsável pela geração de mais de 60% do valor exportado pelo complexo agroindustrial.

TABELA 5 – TAXA MÉDIA DAS EXPORTAÇÕES DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL PARANAENSE NO PERÍODO DE 1989 A 1999

Complexos/Produtos	PARTICIPAÇÃO		
	1989 a 1992	1993 a 1996	1997 a 1999
Farelo de soja	45,8	38,0	28,3
Soja em grãos	14,6	11,2	25,7
Óleo de soja	7,1	12,6	8,3
COMPLEXO DE SOJA	67,4	61,9	62,3
Madeira em chapas	1,8	2,9	4,2
Madeira em placas	3,1	4,1	4,0
Madeira em perfilados	0,0	0,1	0,2
COMPLEXO MADEIRA	5,0	7,1	8,3
Came frango	6,0	6,4	6,2
Came bovino	0,2	0,5	0,6
Came suíno	0,6	0,6	0,5
COMPLEXO DE CARNE	6,8	7,5	7,4
Café solúvel	3,5	6,1	4,4
Café verde	4,5	1,8	2,4
COMPLEXO DE CAFÉ	7,9	7,8	6,9
Açúcar bruto	0,0	1,1	4,2
Açúcar refinado	0,0	0,3	0,9
COMPLEXO AÇUCAR	0,0	1,4	5,1
Fumo	4,4	5,6	5,2
Papel	7,5	7,2	4,5
Suco de laranja	0,0	0,1	0,3
Óleo de milho	0,4	0,2	0,0
Óleo de algodão	0,5	0,1	0,0

FONTE: MDIC/SECEX e IPARDES

As políticas internas de estímulo às exportações de produtos básicos⁷ (lei Kandir⁸) ao lado das políticas externas de proteção ao mercado e redução de preços de *commodities* podem ter produzido um novo arranjo na proporção de geração do valor exportado pelos principais produtos de exportações paranaenses. Nesse cenário, o complexo de soja apresentou uma redução da taxa de crescimento para os produtos farelo de soja e óleo e taxa de crescimento acelerada para as exportações de soja em

⁷ Os produtos básicos na pauta de exportação paranaense, conforme IPARDES, são compostos por: açúcar bruto, arroz, aveia, café grãos (verde), carne bovina congelada, carne bovina fresca, farelo de soja, frangos em pedaços, frangos inteiros, madeira em blocos, milho, soja em grãos, suíno congelado e trigo

⁸ - Lei nº 87 de 13/09/96 – desonera do imposto de ICMS, os produtos semi-elaborados e primários com destino à exportação.

grãos, contrariando a lógica de exportar produtos de maior valor agregado.

O farelo de soja tem sido o principal produto de exportação do complexo agroindustrial paranaense. Apesar de perder participação ainda foi responsável por 28,3% do valor exportado, apresentando taxas de crescimento anual médio de 5,9% ao longo da década de 90, sendo que na fase inicial apresentou taxas de crescimento de 14,6% a.a. e no final dos anos 90, as taxas de crescimento foram negativas (-4,7% a.a.).

O óleo de soja apresentou crescimento na sua participação no valor exportado ao longo da década de 90, ultrapassando as exportações de soja em grãos na metade dos anos 90 e mesmo perdendo competitividade em função da lei Kandir, manteve-se como o terceiro maior produto de valor exportado do complexo agroindustrial paranaense. Suas taxas de crescimento médio anual foram de 16,1% ao longo da década de 90, passando a taxas negativas na metade da década.

Analisando o comportamento da participação da soja em grãos nas exportações do complexo agroindustrial paranaense, nota-se que esta vinha decrescendo com inversão dessa tendência, talvez, pelo incentivo às exportações passando a ser o segundo maior produto na geração de riqueza para a economia paranaense. As taxas de crescimento das exportações da soja em grãos foi sempre positivas e crescentes no decorrer da década de 90, passando por uma aceleração na metade da década quanto às taxas de crescimento para níveis de 35,8%, garantindo uma taxa média de crescimento de 23% ao longo de toda década.

O complexo de carnes, manteve sua participação em torno dos 7% do valor exportado pelos complexo agroindustriais. Apesar da retração dos mercados mundiais no final da década, apresentou taxas de crescimento positivas.

O complexo do café que foi, tradicionalmente, forte gerador de divisas para o estado, no anos 90 passou a representar somente 7,0% das exportações totais do complexo agroindustrial. Mostrando que o comportamento desse complexo é bastante

instável, indicado pelo principal produto do complexo que foi o café solúvel, apresentando taxas de crescimento negativas no final da década, enquanto o café verde o inverso.

O complexo açucareiro passou a ter forte presença na pauta de exportações paranaenses a partir da metade da década de 90, surgindo como grande complexo exportador, apesar de variadas formas de barreiras protecionistas impostas pelos países industriais. A ampliação das exportações contemplou a oferta de dois produtos, o açúcar bruto, mais simples, e o açúcar refinado, resultando no aumento das transações de mercados tradicionais e conquistando novos mercados.

O complexo madeireiro representou 8,4% das exportações do complexo agroindustrial. Os principais grupos de produtos madeireiros identificados foram: madeiras em chapas (folhas para revestimento), madeiras em placas (compensados e aglomerado), que representaram 4,2% e 4,0%, respectivamente das exportações do complexo madeireiro. O aumento de suas exportações resultaram maior valor exportado, tornando-se o segundo maior complexo exportador depois do complexo de soja no final da década.

As exportações de madeiras perfiladas comportaram-se como o grupo mais dinâmico do complexo madeireiro, com taxas de crescimento acima dos 52% ao longo da década de 90, enquanto os demais grupos como placas e chapas sofreram reduções do ritmo de crescimento das exportações, no item de madeiras placas, foi notado maior índice de retração dos preços no mercado internacional em função de maior oferta desse produto pelos países industriais. As madeiras perfiladas apresentaram altas taxas de crescimento, 40% a.a., mesmo apresentando reduzida participação no valor das exportações.

O produto papel, apresentou redução sistemática de participação no valor das exportações paranaense, nota-se uma tendência acentuada no final da década. As exportações totais que no início da década cresceram 18,7%, declinaram a taxas de –

9,9% no final da década.

O produto fumo, representou 5,2% do valor exportado, relacionado aos produtos agroindustriais, assim como o papel no final da década de 90 verificaram-se taxas de crescimento negativas, nesse caso, 3,0%.

3.3 A DINÂMICA DAS EXPORTAÇÕES DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL PARANAENSE NA DÉCADA DE 90.

Na década de 90, vários fatores, dentre estes: crise fiscal do setor público; a abertura comercial; a valorização do Real, contribuíram de forma relevante para que a economia brasileira apresentasse uma retração quanto ao seu crescimento econômico.

No início da década de 90, após a abertura comercial, foi observado concomitante com a economia brasileira que as exportações no complexo agroindustrial paranaense apresentaram um comportamento com oscilações, conforme tabela 6.

TABELA 6 - EXPORTAÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO - TOTAL RANKING EM MIL US\$

ESTADO	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
São Paulo	3.520	4.242	4.008	4.531	4.307	5.126	5.791	5.685	5.548	5.450	5.589	4.836
Paraná	1.597	1.552	1.490	1.717	1.939	2.729	2.968	3.545	4.029	3.510	3.198	2.954
Rio Grande do Sul	2.889	2.706	2.515	3.325	3.889	3.583	3.672	4.062	4.423	3.855	3.421	3.654
Santa Catarina	1.045	1.048	1.050	1.237	1.496	1.674	1.818	1.837	1.840	1.635	1.642	1.723
Mato Grosso	178	220	178	288	296	437	382	573	877	644	733	1.023
Minas Gerais	330	511	550	500	712	1.405	1.451	1	2.314	2.197	1.848	1.690
Bahia	514	491	387	444	522	653	646	552	645	711	565	705
Goiás	184	134	162	146	171	265	149	254	335	265	210	404
Espirito Santo	348	482	574	633	602	1.018	1.248	890	838	847	874	859

CONTINUA...

ESTADO	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Pará	392	387	377	376	500	547	625	522	499	487	517	583
Consumo de bordo	---	---	---	---	67	130	118	103	231	387	378	309
Ceará	186	197	218	241	227	237	305	331	293	293	299	409
Mato Grosso do Sul	234	86	84	136	190	274	279	271	338	130	191	220
Alagoas	133	240	195	164	144	142	366	228	282	266	200	179
Pernambuco	224	318	248	278	274	278	470	248	271	261	168	164
Rio Grande do Norte	68	87	76	68	74	80	75	90	87	92	105	137
Maranhão	2	2	5	8	23	41	42	74	93	75	71	98
Paraíba	61	49	53	57	67	81	82	98	81	48	56	70
Rondônia	13	9	17	16	29	35	36	26	36	36	53	57
Rio de Janeiro	122	118	127	158	148	170	172	137	132	135	117	101
Tocantins	---	---	---	---	---	3	172	1	5	9	5	4
Amazonas	21	21	19	28	45	52	51	41	75	106	156	317
Piauí	20	22	21	28	47	39	51	47	46	46	38	49
Amapá	11	11	6	2	18	28	28	69	35	44	31	24
Sergipe	27	37	23	43	24	33	21	45	31	24	15	21
Distrito Federal	6	2	4	10	5	8	2	25	1	---	7	---
Acre	2	2	2	1	3	4	5	2	---	---	1	1
Mercadoria nacionalizada	1	---	1	1	3	---	2	3	4	5	4	2
Roraima	---	---	---	---	1	---	---	---	---	1	1	2
Reexportação	---	---	---	---	---	15	1	---	---	---	10	1
Brasil	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Estados diversos -- café	1.781	---	---	---	75	---	---	---	---	---	---	---
Exterior	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Não declarada	---	---	---	2	27	---	---	---	---	---	---	---
Região não declarada	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
TOTAL	13.920	12.989	12.403	14.454	15.939	19.104	20.871	21.144	23.403	21.575	20.514	20.610

FONTE: Análise das Informações de Comércio Exterior – Alice

Análise da queda das exportações mundiais e paranaenses no primeiro período (90-92) está relacionada, além dos citados no item anterior, a outros fatores direcionados à políticas que afetam o estado, como: o endurecimento das políticas comerciais internacionais; redução das tarifas de importações de commodities agrícolas, redução das preços da *commodities*; aumento de oferta de produtos básicos, produzidos no Paraná, por outros países em desenvolvimento. (CARVALHO, 1995).

A partir de 1993, a economia mundial voltou a crescer sob a liderança da economia americana, e os preços das principais commodities de exportações do complexo agroindustrial paranaense se valorizaram. A melhoria dos preços externos e os juros elevados, constantes nos contratos de adiantamentos de câmbio, mantiveram as exportações atrativas. Os mercados interno e externo aqueceram-se simultaneamente, elevando a capacidade de produção e exportação. (CARVALHO, 1995).

A recessão que se instalou no Brasil a partir de 1995, combinada com a sobrevalorização cambial, direcionou a demanda interna para produtos estrangeiros, enquanto as exportações caminharam para a estagnação.

A participação das exportações paranaenses do complexo agroindustrial no comércio mundial, embora tenha crescido ao longo da década de 90, ainda é baixa, não ultrapassando 1,0% das exportações mundiais.

A análise da decomposição das fontes de crescimento das exportações paranaenses no segundo período em estudo indicou que um terço do crescimento das exportações foi atribuído ao efeito do crescimento do comércio mundial, e dois terços ao efeito competitividade. A composição da pauta teve efeito nulo, mas o destino das exportações atuou de forma a reduzir a participação das exportações, indicando necessidade de ampliação de mercado e maior dinamismo na pauta de produtos enviados ao mercado exterior.

O terceiro subperíodo analisado indicou que o efeito crescimento do

comércio mundial inibiu o crescimento das exportações paranaenses, enquanto os demais agiram de forma a compensar e alavancar as exportações. Os efeitos pauta de exportações e competitividade contribuíram para a ampliação da participação paranaense nos mercados existentes e em novos mercados, uma vez que o efeito destino das exportações também atuou positivamente.

A análise ressalta a fragilidade de políticas internas direcionadas à abertura de novos mercados e à divulgação do produto paranaense no exterior, o que pode ser observado pelo queda das exportações. Durante a década de 90, a competitividade do complexo agroindustrial foi a principal fonte de crescimento das exportações paranaenses. O crescimento do comércio e da demanda mundial facilitaram a penetração dos produtos do complexo agroindustrial paranaense no mercado exterior.

3.3.1 Desempenho das Exportações Agroindustriais do Paraná Inserida no Mesmo Contexto da Economia Brasileira

O desempenho da economia paranaense apresenta desempenho similar ao da economia brasileira e tem sofrido impacto das políticas macroeconômicas, embora apresente características próprias relacionadas à sua vocação econômica agroindustrial.

A liberalização econômica associada ao protecionismo dos blocos econômicos dos países desenvolvidos aumentou as barreiras às exportações de produtos básicos tradicionais, pois os mercados se tornaram mais seletivos e exigentes quanto à qualidade dos produtos. O Brasil, assim como o Paraná, teve grande dificuldade em se adequar tecnologicamente, pois o processo de abertura comercial resultou numa competição desigual, devido ao atraso tecnológico dos vários setores econômicos.

À semelhança do Brasil, a modernização da agricultura paranaense elevou a participação do setor industrial na agricultura, e a exploração das atividades

agropecuárias soldou a indústria, a montante e a jusante, formando vários complexos agroindustriais (KAGEYAMA, 1990). Os preços crescentes dos produtos com destino ao mercado externo estimularam a produção agropecuária paranaense à especialização em produtos de maior renda, uma vez que seus preços são formados no mercado internacional, estando livres das políticas macroeconômicas internas de estabilização de preço e renda. Entre 1971 e 1980 as quantidades produzidas de soja chegaram a aumentar às taxas de 18,6% (GOLDIN e REZENDE).

O comportamento das exportações paranaenses tem sido constantemente influenciado por mudanças nas políticas internas e no contexto econômico mundial. Frequentemente, os efeitos dos choques externos têm sido transferidos para as regiões exportadoras e se manifestam no valor das exportações, interferindo no tipo de produto a ser exportado.

CONCLUSÃO

Durante a década de 90, verificam-se fases de recessão, recuperação, e nova recessão no desempenho das exportações paranaenses quanto a sua pauta de exportações, sendo 1989/1992 o valor das exportações caiu, 93/96 retomada do crescimento e à partir de 97 até o final da década novo declínio. Os produtos de maior valor agregado, tiveram um desempenho pouco diferenciado na década de 90, sendo que do início até 96, crescimento e recessão à partir de 97.

A estrutura da pauta de exportações paranaense sofreu algumas mudanças. Fazendo uma análise desagregada da pauta de exportações, o quadro apresentou-se, por um lado, com expressivas perdas de participação nas exportações dos produtos tradicionais como: o café torrado e solúvel; madeira serrada e perfilada; papel; carne suína; óleo de algodão; couros e peles. Por outro lado os produtos como; madeira em placas; suco concentrado de laranja; açúcar bruto e refinado, mostraram-se produtos potenciais e mais dinâmicos da pauta de exportações.

Houve modernização na agricultura brasileira com o estreitamento e a consolidação do complexo agroindustrial, onde a política de crédito teve papel fundamental. Assim aumentou o número de tratores, equipamentos e insumos agrícolas na agricultura, elevando não só a produção mas também a produtividade.

Além dessas questões essencialmente tecnológicas, pode se dizer que o desempenho da agricultura e do complexo soja especialmente, ocorreram também peças condições relacionadas aos fatores de produção, ou seja, há uma evidente relação com a distribuição de terras férteis, no maior estilo do modelo Heckscher-Ohlin.

Todos esses fatores vêm a corroborar com a hipótese inicial do trabalho, mudança estrutural no modo de produção da agricultura paranaense, explicando o comportamento das exportações do complexo agroindustrial.

As políticas brasileiras e paranaenses deverão priorizar as reformas

estruturais no que tange aos custos de logística, principalmente nos produtos de menor expressão na participação das exportações, que interage nos vários setores econômicos e custos tributários incidentes na produção que se destina à exportação, uma vez que as exportações paranaenses e brasileiras são muito onerosas levando à perda de vantagens comparativas.

Assim a economia paranaense torna-se menos vulnerável aos desafios do comércio internacional.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, P.F.C.; ALMEIDA, A. **Financiamento da Agricultura no Brasil**: da crise do crédito barato à perspectiva de um novo modelo. Disponível em: <http://www.nuca.ie.ufrj.br/infosucro/biblioteca/economiabrasileira/c&p_evolucao.doc> Acesso em 29 ago 2005.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Dados sobre exportações**. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>> Acesso em : 26 mai. 2005.
- BARROS, G.S.C. **Agricultura brasileira**: desenvolvimento em perspectiva. In Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Ilhéus, 973-984, 1993. Disponível em <http://www.nuca.ie.ufrj.br/infosucro/biblioteca/economiabrasileira/bacha_evolucao.doc> Acesso em 30 ago 2005.
- CARVALHO, F.M.A. **O comportamernto das exportações brasileiras e a dinâmica do complexo agroindustrial**. Tese para Doutorado em Economia – Escola Superior de Agronomia Luiz Queiroz, Piracicaba, 1995.
- DE PAULA, N.M. **Os limites da liberalização para a gricultura**: uma análise das perspectivas do mercado agrícola mundial. Tese para concurso UFPR, 1996
- DORNBUSCH, R.; FISCHER, S. **Macroeconomia**: Quinta edição. São Paulo: Pearson, 1991.
- FONSECA, R.B. **A reforma das políticas agrícolas dos países desenvolvidos**. Tese para Doutorado em Economia – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- GOLDIN, I.; REZENDE, G. C. **A agricultura brasileira na década de 80**: crescimento numa economia em crise. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. (Série IPEA, 138)
- GOLDIN, I.; REZENDE, G.C. de **A agricultura brasileira na década de 80**: crescimento numa economia em crise. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. 119p. (IPEA. Série IPEA, 138). 338.109 81 G619a.
- GUALDA, L.P.; BASTOS, L.A; RIBEIRO, V.S **A avaliação da competitividade dos estados do sul no MERCOSUL**: Ensaios FEE, Porto Alegre, v.20, n.1.p.228-257, 1999.
- HOMEM de MELO, F.B. **Padrões de crescimento da oferta agrícola**: Brasil 1980. São Paulo: FIPE/USP, 1988. p.245-258.
- IPARDES. **Desempenho do comércio exterior 1989-2000**: Paraná – comerei exterior. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov/default>>, acesso em 29 ago 2005.
- KAGEYAMA, A. **o novo padrão agrícola brasileiro**: do complexo rural aos complexos industriais. Brasília: IPEA, 1990. (IPEA.Série IPEA, 127).
- KRUGMAN, P.R.; OBSTFELD, M. **Economia internacional**: teoria e política. São Paulo: Pearson, 2001.
- KRUGMAN, P.R. **A era do conformismo**: as expectativas econômicas frustradas. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

LOURENÇO, J.M. **A economia paranaense dos anos 90: um modelo de interpretação.** Curitiba: ed do autor, 2000.

LOURENÇO, J.M. **Retaguarda institucional das transformações econômicas do Paraná: análise conjuntural.** Curitiba, v.24, n 11-12, p.3-10, nov/dez. 2000.

MAPA. **Exportação do agronegócio brasileiro-total.** Disponível em : <<http://www.agricultura.gov.br>>, acesso em 26 mai. 2005.

PEREIRA, L.B **Consolidação e perspectivas da agroindustrialização paranaense ante o mercado externo: estudos de economia,** São Paulo, vol. 26, n.2, p.141, maio 1996.

PEREIRA, L.B. **O estado e o desempenho da agricultura paranaense no período de 1975-85.** revista de economia e sociologia rural vol.30 (2). 1992.

PRADO, L.C. **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira.** São Paulo: Campus, 1998.

SALVATORE, D. **Economia internacional.** Sexta edição. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. , 1998

UFPR Sistema de bibliotecas. **Normas para apresentação de documentos científicos, 2.** Curitiba: Editora UFPR, 2000.